

Relato de Experiência. Eixo 3. Política e gestão educacional na dimensão da diversidade cultural e da justiça social

EXPERIÊNCIA DE TRABALHO NA REDE FAETEC/RJ: CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E A EMPREGABILIDADE

Alvaro Mariano dos Passos

CETEP-Belford Roxo. Fundação de Apoio à
Escola Técnica – FAETEC/RJ
alvarompassos@ig.com.br

Resumo: Atenta à mudança do foco da educação profissional com ênfase na empregabilidade, a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC/RJ) é responsável pela implementação da política de Educação Profissional no RJ. Considerando, apenas a modalidade de Educação a Distância, a FAETEC oferece vários cursos para suprir a inexistência de mão-de-obra qualificada e, promover a inclusão social por meio da qualificação profissional. Este trabalho objetiva destacar a importância da Educação Profissional como um fator estratégico de competitividade e desenvolvimento humano na nova ordem econômica mundial.

Palavras-chave: educação profissional. projeto pedagógico. desenvolvimento social.

INTRODUÇÃO

Com base em Ianni (1994), Hobsbawm (1995), Harvey (1996) e Torres (1996), Passos (2007) afirma que no final do século XX e início do XXI, a globalização, a reestruturação produtiva, a política neoliberal e os avanços tecnológicos da automação, da robótica e da microeletrônica trouxeram profundas modificações para o mundo do trabalho. E, como consequência, essas modificações trouxeram a mundialização dos mercados; a deslocalização e flexibilização da produção; a multiplicidade e a multiplicação de produtos e serviços; a conglomeração de empresas; a reestruturação das ocupações; a integração de setores da produção; a multifuncionalidade e a polivalência dos trabalhadores; a valorização dos saberes dos trabalhadores; o desemprego, a miséria e a exclusão social. As mudanças introduzidas com a adoção do padrão capitalista de acumulação flexível geraram tensões e contradições entre o velho sistema educacional e as novas necessidades de educação para o trabalho. Novas demandas e urgências tensionaram velhas estruturas e fizeram emergir, a partir da segunda metade dos anos de 1990, os debates para a reestruturação do ensino profissional, em razão das contradições se reproduzem incessantemente. Cresce o conhecimento e a capacidade de produzir riquezas, mas aumenta a incerteza sobre a própria sobrevivência do ser humano. A capacidade humana passa a ser substituída pela capacidade das máquinas, jogando as pessoas para fora de seus empregos. Cresceram as indústrias, mas também cresceu o desemprego estrutural¹ (DEL PINO, 2002).

Segundo Deluiz (2001), é importante perceber que nas novas faces da realidade e do trabalho há um lado sombrio que se revela em: 1. intensificação e desproletarização do trabalho, ampliando-se o desemprego em todos os setores econômicos e reduzindo-se os postos de trabalho; e, 2. subproletarização do trabalho, tendo como decorrência: a degradação das condições laborais (salários inferiores, ritmo de trabalho mais intenso, ambiente degradado, perda de direitos trabalhistas, falta de política de treinamento, perda de benefícios como alimentação e transporte), o crescimento dos empregos precários nos setores industrial e terciário (expansão do trabalho parcial por tempo determinado, do trabalho noturno, do trabalho por conta própria) sem carteira assinada e outras formas “flexíveis” de trabalho.

Em contrapartida, Deluiz (2001) apresenta o lado luminoso com: valorização do trabalho; possibilidade de maior participação e interferência na mão-de-obra no processo de produção de bens e serviços; necessidade de ampliação da base de educação geral; maior qualificação (polivalência); maior compreensão global do processo de trabalho; difusão de uma cultura cooperativa nos espaços de trabalho; possibilidade de um trabalho revalorizado, com ênfase no conhecimento e na inteligência, a partir do domínio de códigos simbólicos abstratos e de princípios científicos, com maior realização pessoal e autonomia.

Vivemos um tempo de tecnologia e fome. Tempo de crise devido à “terceiro-mundialização”²². Tempo de inseguranças e medos: degradação ambiental, desemprego, racismo, miséria, desumanização. A miséria e a exclusão não surgem por acaso. Elas são geradas no modo de produção capitalista. Sendo assim, o sistema não somente cria a marginalização mas também a exclusão social.

Todavia, o que tudo isso tem a ver com a Educação? Afinal, quais os rumos para a Educação Profissional?

Os problemas da educação e suas respectivas soluções dependem, em parte, das teorias do Estado, porque as novas modalidades de ação estatal refletem uma mudança significativa no pacto democrático e nas políticas educacionais. Para Del Pino (2002), o que está acontecendo na política educacional brasileira estabelece sintonia com as políticas econômicas, uma vez que o pensamento neoliberal vem definindo uma série de pressupostos educacionais para os países dependentes.

A chamada globalização, para Oliveira (2001), tem afetado as políticas educacionais, porque reforça a ideia de educação como requisito indispensável ao desenvolvimento econômico e social. Contudo, é necessário entender que o atual processo de globalização, implica mudanças que envolvem a vida dos indivíduos, isto é, a nova ordem mundial trouxe mudanças políticas, econômicas e culturais que refletiram um movimento de acirramento das polaridades entre capital (ricos) e trabalho (pobres). Para essa autora, a realidade é árida, uma vez que a ascensão social não estará ao alcance de todos e nem todos terão direito à empregabilidade. Diante dos altos índices de desemprego, resultantes de um modelo de crescimento econômico que cada vez mais incorpora menos trabalhadores no processo produtivo, a autora questiona: em que medida os termos equidade social e educação *para todos* traduzem realmente práticas efetivas?

Nesse sentido, Gentili (1996, p.17) pontua que “os sistemas educacionais enfrentam, hoje, uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade”, visto o processo de expansão da escola ter ocorrido de forma acelerada, sem que tal crescimento tenha garantido uma distribuição eficiente dos serviços oferecidos. Trata-se de uma crise de qualidade decorrente da improdutividade que caracteriza as práticas pedagógicas e a gestão administrativa dos estabelecimentos escolares. A crise educacional é gerencial e se explica pelo caráter estruturalmente ineficiente do Estado para gerir as políticas públicas.

As políticas sociais, entre elas a educacional, procuram estar direcionadas para compensar os efeitos da revolução tecnológica e econômica que caracteriza a globalização. Trata-se do complemento necessário para garantir a continuidade da política de ajuste estrutural, cujo objetivo é liberar as forças do mercado e acabar com a cultura de direitos universais a bens e serviços garantidos pelo Estado. Elaboradas para instrumentalizar a política econômica, trazem para o mundo da política e da solidariedade os valores e critérios do mercado, sob a orientação e apoio financeiro de órgãos internacionais (BID, BIRD, UNESCO, OIT), dentro do contexto do ideário neoliberal (CORAGGIO, 1996; DELUIZ, 2003).

Pelos fatos expostos, este estudo tem por objetivos destacar a importância da Educação Profissional como um fator estratégico de competitividade e desenvolvimento humano na nova ordem econômica mundial e relatar a experiência de trabalho desenvolvida em unidade da rede FAETEC, na Baixada Fluminense/RJ. Buscamos responder a seguinte questão: a formação inicial e continuada realmente oportuniza formação especializada para ingresso no mercado de trabalho em curto prazo?

A FAETEC E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Fundação de Apoio a Escola Técnica (FAETEC), vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, é responsável pela implementação da política de Educação Profissional no Estado. Em consonância com o governo federal, que estabelece como política pública de qualificação aquela que seja fator de inclusão social e de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda, norteia-se por uma concepção de qualificação entendida como uma construção social, fazendo um contraponto àquela política que se fundamenta na aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como derivação das exigências dos postos de trabalho (PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO – PNQ, 2003-2007).

Criada em 1997, a FAETEC administra uma rede com sete Institutos Superiores de Educação, quatro Institutos Superiores de Tecnologia, quinze escolas técnicas de nível médio, cinquenta e quatro Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEPs) e três Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTS).

A FAETEC é a mantenedora do Centro Universitário Estadual a Zona Oeste (UEZO), que integra o saber acadêmico às inovações tecnológicas, oferecendo cursos focados em tecnologia de produção de fármacos, polímeros e siderurgia; na gestão em construção naval e *offshore* e em sistemas

de informação e biotecnologia. Como também, ministra cursos de formação inicial e continuada nos CETEPs. São cerca de trezentos cursos nas áreas de indústria, comércio, idiomas, informática, meio ambiente, recursos pesqueiros, turismo, gestão, saúde, lazer, química e telecomunicações, entre outras. Além dos cursos presenciais, a FAETEC, na modalidade de Educação a Distância, oferece os seguintes cursos semipresenciais: Manutenção de Eletroeletrônicos, Bombeiro Hidráulico, Básico em Eletricista Predial, Montagem e Manutenção de Microcomputadores, Auxiliar de Escritório, Operador de Telemarketing e Promotor de Vendas.

Oferecidos em diferentes comunidades fluminenses, os projetos de inclusão social e tecnológica, conhecidos como “Cursos de E@D”, têm por objetivo atender as demandas regionais de mercado; suprir a inexistência de mão-de-obra qualificada e, sobretudo, promover a inclusão social por meio da qualificação profissional. Os cursos na modalidade a distância exigem que o candidato tenha o mínimo de 17 anos e que tenha concluído o 9º ano do Ensino Fundamental. Duram, em média, de 14 a 18 semanas e são destinados a pessoas que buscam capacitação profissional para inserção no mercado de trabalho ou atualização profissional. Cada unidade oferece 420 vagas a cada período, ou seja, são 60 vagas por curso, em três turmas de 20 alunos cada.

Os cursos possuem a seguinte organização: Módulo I – subdividido em 1) Alfabetização Digital, que consta da apresentação dos componentes do computador, as principais características e ferramentas de comunicação da internet (envio de mensagens eletrônicas e recursos básicos de pesquisa) e os recursos básicos de editor de textos; 2) Prática de leitura, que trabalha o aperfeiçoamento das habilidades leitoras dos alunos, considerando que ler e compreender são fundamentais nos dias de hoje. Módulo II – Capacitação em temas tais como: ética, empreendedorismo e segurança do trabalho. Módulo III – Específico para cada curso.

Nesse ambiente virtual, o aluno acompanha as aulas, tem acesso às informações, compartilha o aprendizado e dúvidas com os demais participantes, por meio de ferramentas como: fórum, chat, calendário, notícias, glossário, bibliografia, entre outras, de forma interativa, construindo o conhecimento. O material impresso é gratuito para que o aluno possa estudar no horário e local de sua preferência. Exige-se a frequência ao polo para realização de aulas práticas, 1 (uma) vez por semana.

Para verificar a empregabilidade dos egressos dos cursos de formação profissional inicial e continuada, presenciais e semipresenciais, foi criado o Serviço de Orientação Profissional (SOP), que pelo cadastro faz o intercâmbio com o setor produtivo.

Considerando as questões da globalização, o Plano Nacional de Qualificação (2003-2007) e os dados disponibilizados pela Assessoria de Comunicação da FAETEC (ASCOM), observamos que a qualificação profissional começa a ganhar significado e importância. De um lado, o crescimento do desemprego e a heterogeneidade das formas de trabalho decorrentes do modelo neoliberal; de outro, a introdução de novas tecnologias e técnicas gerenciais, inerentes aos processos de reestruturação produtiva, estabelecendo novos tempos, novas práticas, novas qualificações e competências profissionais para que se possa alcançar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social.

O Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante: CETEP-BELFORD ROXO

O CETEP-Belford Roxo iniciou suas atividades em 30 de janeiro de 2006. Foi criado para viabilizar o convênio ASJU/SEE nº018/2005, firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Energia da Indústria Naval e do Petróleo (SEINPE); a Secretaria de Estado de Educação (SEE); o Município de Belford Roxo; a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC); e o Instituto de Macromoléculas Professora Eloísa Mano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IMA/UFRJ).

Ocupa uma área do CAIC 1003 – Dona Darcy Vargas. Caracteriza-se como Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante por ministrar educação profissional técnica de nível médio, oferecendo Curso Técnico em Polímeros (Transformação Plástica) e cursos de formação inicial e continuada presenciais, tais como: Informática, Montagem e Manutenção de Micros, Cursos Instrumentais de Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol), Curso de Português, Produção Textual e de Metrologia. E cursos semipresenciais (EaD): Manutenção de Eletroeletrônicos, Bombeiro Hidráulico, Básico em Eletricista Predial, Montagem e Manutenção de Microcomputadores, Auxiliar de Escritório, Operador de Telemarketing e Promotor de Vendas.

Considerando a realidade socioeconômica do município de Belford Roxo, pode-se afirmar que o projeto de formação inicial e continuada veio ao encontro das necessidades da população, mais do que o curso técnico. Quantitativamente, de 2006 a 2009 (1º semestre) foram 4.083 (quatro mil e oitenta e três) alunos concluintes de diferentes cursos de formação inicial e continuada, presenciais e semipresenciais, contra 40 (quarenta) concluintes do Curso Técnico em Polímeros.

A constatação da realidade escolar dos candidatos aos cursos levou a equipe gestora do CETEP-Belford Roxo a elaborar um projeto pedagógico focado no papel estratégico da Educação Profissional para o desenvolvimento social da região. Neste Projeto Político (2008), ressaltamos as concepções de educação, escola, gestão escolar, currículo, ensino, aprendizagem e avaliação, construídas com base na legislação em vigor³, destacados nos seguintes itens:

1. MISSÃO DA U.E.

Contribuir para a qualificação profissional dos moradores da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, particularmente de Belford Roxo e adjacências, por intermédio de cursos de educação profissional, que possam promover o desenvolvimento das competências exigidas no mercado de trabalho.

2. VISÃO DE FUTURO DA U.E.

Ser reconhecida como uma instituição de ensino com referencial de excelência, em nível local e estadual, no campo da educação profissional, atuando de forma competitiva e autossustentável, contribuindo para o desenvolvimento e a valorização do ser humano.

3. FINALIDADE DA U.E.

- Articulação com o Ensino Médio de forma subsequente;

- Capacitação e certificação de recursos humanos desenvolvidas por intermédio de cursos de formação inicial e continuada, presenciais e semipresenciais.

4. VALORES DA U.E.

Além dos valores propostos pela FAETEC, o CETEP-Belford Roxo valoriza:

- Dignidade de apresentação para acesso e permanência na escola;
- Inovação e ousadia nos processos de ensinar e aprender;
- Comprometimento e responsabilidade com todas as ações desenvolvidas pela escola;
- Espírito de equipe, coletividade, nas relações de trabalho;
- Entusiasmo docente e eficácia discente demonstrados pela frequência, participação e competência.

5. OBJETIVOS DA U.E.

5.1. Objetivo Geral: Possibilitar a formação profissional do cidadão belforroxense para participar ética, ativa e conscientemente da sociedade em que vive.

5.2. Objetivos Específicos:

- Especializar, aperfeiçoar e atualizar jovens (a partir de 14 anos, cursando a 7ª série ou 8º ano do ensino fundamental) e/ou adultos trabalhadores, desenvolvendo competências e habilidades para a vida produtiva, individual e social;
- Qualificar, reprofissionalizar, capacitar, instrumentalizar e atualizar jovens e/ou adultos trabalhadores, visando a inserção e/ou melhor desempenho no exercício do trabalho;
- Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, assegurando a formação de profissionais aptos a exercerem atividades específicas no setor produtivo;
- Qualificar jovens e/ou adultos trabalhadores para a vivência humana em que as ações diárias sejam pautadas pela Ética, posicionando-se com coerência, justiça, solidariedade e respeito em todas as dimensões do cotidiano.

No CETEP-Belford Roxo, a prática administrativa trata da formação do coletivo escolar e fundamenta-se nos princípios da gestão democrática e participativa, ressaltando-se a importância do grau de comprometimento e de responsabilidade por parte de todos os servidores aqui lotados com a construção da identidade da escola.

Nesta perspectiva, o texto do Projeto Pedagógico destaca a necessidade de constante avaliação crítica da instituição e do contexto em que está inserida, pelo processo coletivo e participativo, visto que sem esta prerrogativa, a gestão democrática não se configura. Da mesma forma, a gestão escolar deve contribuir para a eficaz, efetiva e eficiente emancipação humana, tanto profissional quanto pessoal e social; concebendo, construindo, estimulando e desenvolvendo competências e habilidades de professores, alunos e funcionários. Melhorando-se a unidade, melhora-se o seu entorno, e por contágio, melhora-se toda região.

A prática pedagógico-educacional fundamenta-se em atividades que priorizam o saber, o saber-fazer, o saber conviver, o saber aprender e o saber-ser, no setor produtivo, formando o profissional por meio do desenvolvimento das competências e habilidades exigidas pelo mercado de trabalho a que o aluno se destina; como também, formando o cidadão pelo desenvolvimento de comportamentos, hábitos e atitudes necessários a uma educação civil-democrática⁴ (SINGER, 1996), ou seja, uma ação pedagógica crítico-transformadora, totalmente pautada na preocupação da formação ética, que tem por objetivo propiciar condições para o desenvolvimento do aluno enquanto pessoa e profissional, diferente a ação pedagógica tradicional de característica conteudista.

No que tange aos Cursos de Formação Inicial e Continuada, presenciais e semipresenciais, observa-se que: 1) empregabilidade rápida para os egressos, ao contrário do que acontece com os alunos oriundos do curso técnico; 2) a maioria dos professores contratados ensina pela transmissão de conhecimento, ao contrário da formação para as exigências do mercado de trabalho; 3) o descompromisso e o despreparo educacional da maioria dos alunos com relação ao curso escolhido, pois todos os cursos exigem dedicação e estudo. Ainda com relação aos alunos verifica-se um alto índice de evasão, que se justifica nos seguintes fatos: ausência de passagem e merenda escolar; estudantes com mais de 30 anos, donas de casa e aposentados, sem estudar há muito tempo, com dificuldade de aprendizagem imensurável; dificuldade em acompanhar as aulas após faltas consecutivas; grande dificuldade com leitura, interpretação e cálculos matemáticos; motivos pessoais (emprego, incompatibilidade com o horário das aulas) entre outros.

Apesar das dificuldades encontradas, a experiência tem oportunizado à equipe gestora do CETEP-Belford Roxo trabalhar no sentido da ressignificação do modelo de competências, de modo que os egressos dos cursos de formação inicial e continuada possam atender não só a demanda do mercado de trabalho, que exige o acesso à tecnologia, mas também que possam adquirir a formação necessária que permita aos trabalhadores agir como cidadãos produtores de bens e de serviços e como atores na sociedade civil (DELUIZ, 1996).

Durante a realização dos “Cursos de E@D” pudemos constatar que a experiência reforça a ideia da responsabilidade individual, na qual cada um deve compreender-se como sujeito de seu tempo e de sua história, sem que sejam necessárias forças exteriores de controle. Sendo assim, os cursos a distância possibilitarão aos jovens e adultos uma outra dinâmica com o processo de ensino-aprendizagem, além de: estimular a autonomia; incentivar a atualização pessoal e profissional; promover a familiarização com as novas tecnologias e permitir rever as aulas quando necessário.

Concluindo, a Educação não pode, e não deve, ficar alheia às rápidas e profundas mudanças pelas quais vem passando o mundo, e que transformam as formas de produção, trabalho e emprego. São fatos que se revelam como desafios à sociedade em geral, e particularmente, aos docentes e gestores da educação profissional. Nesse sentido, os “Cursos de E@D” da FAETEC/RJ vêm ao encontro dos anseios profissionais da comunidade, pois, atendem as exigências do

mundo do trabalho e promovem a empregabilidade. Assim também, o CETEP-Belford Roxo atende aos interesses da comunidade belforroxense, pois, oportuniza a qualificação de mão-de-obra e atende às demandas do mercado de trabalho local. Sugerimos a abertura de novos cursos; tais como: cursos de mecânica de automóvel; cursos de fabricação de sapatos (existe um polo de calçados próximo); cursos de auxiliar de enfermagem; cursos de culinária para merendeiras, auxiliares de cozinha, cozinheiras; cursos para o desenvolvimento de funções operacionais direcionadas a supermercados e à indústria de transformação em geral. Cursos que poderão possibilitar à população outras oportunidades no mercado de trabalho da região.

NOTAS

(Endnotes)

- 1 Segundo Fidalgo; Machado (2000, p. 93) “o desemprego estrutural é causado por mudanças tecnológicas de grande alcance (aumento intensivo e extensivo da mecanização e da automação) ou por alterações profundas no funcionamento do mercado. É entendido como componente do sistema econômico e é gerado pelo próprio modelo de desenvolvimento adotado. É capaz de provocar a repentina desqualificação de grande parte da mão-de-obra.”
- 2 O economista polônes, Ignacy Sachs, naturalizou-se francês e, em Paris, dirige o Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. Foi ele quem cunhou o termo “terceiro-mundialização” para indicar este fenômeno. Segundo esse autor, “o processo de globalização está produzindo uma massa de excluídos, espalhada não apenas pelas favelas e bairros periféricos das metrópoles do Terceiro Mundo mas também pelas esquinas e becos de Paris, Nova York e Londres.”, ou seja, a globalização está disseminando a pobreza pelo planeta.
Fonte: <http://www.terra.com.br/istoe/vermelha/140302.htm>
- 3 Lei nº 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; no Parecer CNE/CEB nº 16/99, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico; na Resolução CNE/CEB nº 4/99, que fornece orientações para a formulação dos planos de cursos técnicos; no Decreto nº 5.154/04, que permite a articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio com o Ensino Médio, de forma: integrada, concomitante e subsequente, com etapas articuladas, incluindo saídas intermediárias e no Parecer CNE/CEB nº 39/2004, que trata da aplicação do Decreto nº 5.154, e em consonância com a demanda do mercado de trabalho e as vocações municipal e regional. Da Lei nº 11.741, de 16/07/2008, que altera os artigos 37, 39, 41 e 42, no que tange à Educação Profissional. E do Parecer CNE/CEB nº 11/2008 e da Resolução CNE/CEB nº 3/2008, que estabelecem o “Catálogo Nacional de Cursos Técnicos”. Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008, que altera os dispositivos da Lei nº 9394/96 e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional.
- 4 Para Singer (1996), a visão “*produtivista-instrumental*” concebe a educação como um mecanismo fundamental para o ingresso dos indivíduos no mercado de trabalho. Essa visão não descarta os demais propósitos da educação, mas dá maior ênfase às vantagens competitivas que os indivíduos, ao serem escolarizados, passam a obter no mercado de trabalho. Ao contrário da visão “*civil-democrática*”, que concebe a educação como formadora do cidadão crítico e que reivindica igualdade e justiça social, apontando para uma necessária articulação entre educação e trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL/MTE, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). **Plano Nacional de Qualificação – PNQ. 2003-2007**. Brasília: MTE, SPPE, 2003.
- CETEP-BELFORD ROXO. **Projeto Político e Pedagógico**. Votado e aprovado em assembleia em 2008.
- CORAGGIO, J.L. Propostas do Banco Mundial: sentido oculto ou problemas de concepção. In: DE TOMMASI, L., WARDE, M. J. e HADDAD, S. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.
- DEL PINO, Mauro. Política educacional, emprego e exclusão. In: GENTILLI, Pablo; FRIGOTTO,

- Gaudêncio (Orgs.). **A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez; CLACSO, 2002.
- DELUIZ, Neise. A Globalização Econômica e os Desafios à Formação Profissional. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 2, maio/agosto 1996.
- _____. O Modelo das Competências Profissionais no mundo do trabalho e na Educação: Implicações para o Currículo. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, set/dez. 2001.
- DELUIZ, Neise; GONZALEZ, Wania; PINHEIRO, Beatriz. ONGs e Políticas de Educação profissional: propostas para a Educação dos Trabalhadores. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, maio/ago. 2003.
- FIDALGO, F.; MACHADO, L. (Ed.). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação/FAE/UFMG, 2000.
- GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Escola e Cia: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.
- HARVEY, David. Do Fordismo à Acumulação Flexível. In: _____. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.
- IANNI, Octavio. O Mundo do Trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, 8 (1):2-12, jan/mar, 1994.
- HOBBSBAWN, E. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política Educacional nos anos 1990: educação básica e empregabilidade. In: DOURADI, F; PARO, V. H. (Orgs.). **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
- PASSOS, S. R. M. M. S. **Curso Técnico em Meio Ambiente: Análise Crítica de uma Experiência Inovadora no RJ**. 2007. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2007.
- SINGER, Paul. Poder, Política e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 1, jan/fev/mar/abr/1996.
- TORRES, Carlos Alberto. Estado, Privatização e Política Educacional – elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILLI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1996.